

**Ministério da Educação**  
**Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos –**  
**CNAEJA**

**Reunião Ordinária – Brasília/DF 06 e 07/11/08**  
**Memória**

**Presentes:**

MEC/SECAD/DPEJA: André Lázaro, Jorge Teles, Maria Aparecida, Marli, Mauro, Fernanda, Rosemary.

MEC/SEB: Carlos Artexes

MEC/SETEC – Julieta

Outros segmentos da CNAEJA: Movimentos de Alfabetização – Aragão; CONSED – Neroaldo (SEE/PB); Anped – Margarida; Fóruns de EJA – Jerry e Rubens; FNCE – Geraldo; Segmento Ético-racial – Isabel; Segmento Campo – José Alves(MAB); Clóvis (Fórum de Economia Solidária); Eliene – CONTAG; .

**Pauta:**

**1 – Informes Gerais**

**2 - Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**

**3 - Política de Fomento à Leitura e de acervo para a EJA**

**4 - Pesquisa em EJA: ANPED; TOR EJA campo, indígena e médio, Observatório da Educação**

**5 - Diretrizes Operacionais para a EJA**

**6 – Calendário 2009:**

**7 - Rede de formação em alfabetização e EJA**

**1 - Abertura da reunião e apresentação e aprovação da pauta: Jorge Teles**  
**Informes gerais:**

- VI Confinteia – Jorge informou sobre nossa participação no Encontro Regional Latino Americano e Caribe, com uma presença importante nos vários grupos de trabalho, na relatoria e na coordenação de mesas. O documento final expressa parte das discussões que conseguimos realizar, principalmente no que se refere à retomada do aspecto político daquele momento.

- Fiz uma intervenção retomando historicamente o que foi o processo 1996/1997 e o que ocorreu nesse ano de 2008 no país (**Anexo** a essa memória um texto sobre isso para nosso registro na história da EJA).

- Jerry destacou também a importância da nossa participação, da coordenação de André Lázaro na plenária final, da nossa presença com a diversidade que somos e da forma como tentamos construir a EJA.

- Neroaldo reforçou as avaliações positivas. Destacou sua avaliação desse contexto a partir da delegação oficial da V CONFINTEA, onde havia uma delegação muito complicada, em termos de representação, desarticulada em sua participação. Em Hamburgo, a participação foi fragmentada, apenas com duas falas. Quem liderava a delegação, Lara Prado, àquele contexto dizia em alto e bom tom que a prioridade do Brasil era ensino fundamental de crianças e adolescentes. Foi feita uma homenagem a Paulo Freire, sem nenhuma participação do governo brasileiro. O contexto é outro hoje, vamos nos preparar

melhor para Belém, embora sabendo que o espaço não será o mesmo que tivemos no México. A organização tem uma lógica muito técnica e temos que nos preparar para isso, inclusive com documentos traduzidos em várias línguas.

- Cida destacou como nos organizamos para intervir nos diversos grupos com uma coesão em termos de conteúdo. O documento final desse encontro regional Latino-Americano e Caribe foi disponibilizado em três idiomas: inglês, espanhol e português. Destacou ainda a posição de André de solicitar a presidência da VI Confinteia, de alcançar a vice-presidência na conferência regional.

- Jorge aponta pontos importantes na VI Confinteia que não será fácil: sensibilidade para a diversidade; o conceito de aprendizagem ao longo da vida, superando a questão de complemento escolar e campanha. O Brasil está acompanhando as outras conferências regionais, há representantes do MEC para ouvir e trazer o que se está sendo discutido lá. Pode haver problemas na presença de alguns países mais pobres aqui no Brasil em 2009 em função da crise financeira.

- André apresentou o processo de acompanhamento do MEC à construção do encontro em Belém. Apresentou a agenda definida entre Unesco, Governo Brasileiro e Representantes da sociedade civil para uma atividade que acontecerá antes da reunião oficial. Apresentou os motivos da Agenda Territorial, dando ênfase a questões do Programa Brasil Alfabetizado que precisam ser enfrentadas como: óculos para os alfabetizandos, pagamento de alfabetizadores. Destaca a importância de incorporar a agenda de EJA no país, com as dificuldades de mobilização que existe no país. Essa semana é uma tentativa de afinar nossa pauta. Por fim, quanto à questão das diretrizes operacionais disse que “o MEC não concorda com a elevação da idade, mas estamos encaminhando uma reunião técnica no MEC para discutir qual é o contingente desses jovens de 14 a 17 e quais as estratégias pedagógicas que serão implementadas para garantir o direito a educação desses adolescentes”; o objetivo é reabrir a discussão com CNE, pois os dados que estamos acessando nos estão indicando uma exclusão.

- Geraldo destacou nessa discussão da idade a preocupação de pensar evasão numa perspectiva de olhar quem estará em 2013 nessa condição de 15 anos e ainda sem conclusão do ensino fundamental.

- Neroaldo trouxe o problema do Programa Brasil Alfabetizado, a partir da sua experiência do que está ocorrendo na Paraíba, embora espere poder ter uma idéia desse mesmo problema nos outros estados. “O momento atual, pós-eleitoral, onde estamos mobilizando alfabetizadores e alfabetizandos. É preciso considerar que a indicação dos professores assumirem de fato as classes de alfabetização não ocorreu, em muitos casos o que impera é a indicação dos prefeitos, todavia muitos deles não se reelegeram e há uma clara definição de troca de indicações de alfabetizadores pelos cabos eleitorais. Os prefeitos entendem que essa é uma indicação política deles. Trabalhamos com algumas ONGs, algumas delas tão sérias que não querem romper com o trabalho agora e pedem ao Estado que assuma os bolsistas mais dois meses para fechar o ano, mas é a minoria que pensa assim. Decidi suspender a negociação com as prefeituras, vamos trocar a articuladora desse processo com os municípios que está “vendida” a essa lógica eleitoral. Esse é o problema que estou vivendo na Paraíba, mas eu acredito que isso está ocorrendo em outros lugares. Vou

verificar isso com o Consed, para ver o que está ocorrendo nos outros Estados”. Está trazendo esse problema para que a CNAEJA ajude a pensar o que fazer com isso.

- Eu pedi também a informação ao André sobre a questão da rede de formação de alfabetizadores, colocando todo o processo de divulgação do Edital 04/08 no portal do GT 18, com a indicação de uma resolução que sairia, mas não saiu até o momento. Isto está inviabilizando a definição de configuração dos projetos das universidades para a rede de formação de alfabetizadores de jovens e adultos.

- Rubens reforçou a preocupação do uso político dos cargos de alfabetizadores e a preocupação com a formação com a universidade que os municípios acharam que ia atrasar o andamento dos processos.

- André coloca sua dificuldade de enfrentar a questão de indicação política dos alfabetizadores. Quanto a formação, o FNDE não honrou o compromisso de publicar a resolução o que está inviabilizando a proposta de rede. A proposta continua de pé, mas infelizmente tem que reconhecer que o tempo de atraso dificulta a liberação dos recursos. Pede desculpas pelos transtornos que isso está causando às universidades.

- Perguntei sobre a definição da delegação brasileira para a ida a Belém, tendo em vista que Timothy anunciou no ENEJA a participação de observadores do Brasil com representação de quatro pessoas por Estado a serem indicadas pelos fóruns. Como que isto está sendo visto pelo secretário e como isso pode ser encaminhado, pensando inclusive na atividade que está sendo organizado chamado Fórum Internacional de Sociedade Civil?

- André informou que a Unesco não se pronunciou oficialmente sobre a delegação brasileira e que espera que isso seja feito para que eles possam se programar para assumir os custos disso. Essa definição precisa se dar até o final do ano para que o orçamento seja previsto.

- Voltei a solicitar do Mauro a disponibilização dos Planos de Alfabetização já apresentados desde 2007 e o acesso aos resultados dos testes cognitivos e do PNLA, pois esses são instrumentos importantes de pesquisa e discussão pedagógica para as universidades.

## **2 - Agenda Territorial de Desenvolvimento Integrado de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos**

- **Semana de EJA:** 17 a 21/11 (com atividades previstas para os vários segmentos de EJA)

- Dificuldades com a proposta: a semana está em cima, é daqui a dez dias.

- Cida colocou que a notícia da mudança da data também foi recente para o DPEJA. Os convites começaram a sair na quarta feira da semana passada, mas muitos emails voltaram, por isso as informações chegaram de forma tardia. Os primeiros convites foram enviados para os secretários de educação, Undime nacional e estaduais, fóruns, conselhos estaduais, duas universidades... A mudança da data é em função da agenda do André na última semana de novembro, quando estava prevista antes a realização. A proposta é de ser o início de uma costura para a política de EJA para o próximo ano.

- Para as universidades a proposta é de participação de uma federal e uma estadual por Estado que participava das diversas ações voltadas para EJA ou diversidade. Falta representação dos Estados: SE, RR e RO, e há lugares

em que há uma maior participação de várias universidades. O convite foi para os reitores, pedindo a indicação de um professor pesquisador com atuação em EJA para participar 18, 19 e 20/11/08.

- Vamos divulgar essa informação no portal do GT 18 para tentar mobilizar.

- A CNAEJA é convidada a participar e acompanhar os desdobramentos dessa agenda.

- Cida apresentou a correspondência enviada e os vários anexos. Mostrou a questão da agenda territorial geral que foi criada a partir de 2007, inclusive com o envio de recursos para as Seduc do Nordeste e do Pará para o ano de 2008.

- Levantei as preocupações com o critério de uma federal e uma estadual, pois a realidade de atuação em EJA tem demonstrado que há uma participação importante de confeccionais que não são contempladas, sendo que há também uma presença significativa de outras federais que tem uma contribuição importante e que não participação porque o critério é uma por estado.

- Isabel colocou que divulgará entre as redes da diversidade étnico-racial, principalmente para colaborar nos diagnósticos.

- Geraldo ponderou se não haverá uma sobreposição dessa composição entre o fórum de EJA e essa comissão que se está tentando criada?

- Jorge colocou que essa comissão não substitui os fóruns nem pretendem sobrepor, mas essa discussão seria operacional e de acompanhamento concreto das ações.

- Clóvis colocou que de parte da Economia Solidária há uma necessidade de articular uma participação nessa agenda da base.

#### **Encaminhamentos:**

- A Secad vai enviar para Margarida e Neroaldo os convites enviados aos reitores para ajudarmos na mobilização.

- Discussão da programação para os dias 18 a 20 da agenda territorial

- Reforça a necessidade de participação da CNAEJA nesse processo de discussão. Confirmei com Jane a possibilidade dela estar aqui para a reunião da agenda já apresentando a Anped.

### **3 - Política de Fomento à Leitura e de acervo para a EJA**

- No DPEJA foi criada uma coordenação específica para fomento a leitura e acervo para EJA.

- Há uma consultora específica acompanhando as questões do PNLA 2007/2008 e o desenho para 2009.

- Jorge coloca que os dados da Pnad informam que 72% das pessoas que se dizem analfabetas já passaram por iniciativas de alfabetização. Isso reforça a necessidade de estratégias de continuidade, passando pela oferta de obras para neoleitores.

- Rose apresenta a Resolução FNDE 44/2008 com data limite 17/11: destinados a propostas para os estados, municípios, DF, universidades públicas e instituições sem fim lucrativo. **Eixos:** promoção de acesso a leitura; formação de leitores e de mediadores de leitura; fomento à produção e distribuição de tecnologias educacionais e pesquisa e avaliação sobre leitura. Propostas com valor mínimo para R\$ 100.000,00 para custeio, não podendo

assumir bolsas, não podendo adquirir equipamentos. A vigência dos projetos não está fechada. Há na linha de pesquisa uma proposta da PUC/Rio para catalogar todos os materiais voltados para jovens e adultos no Programa Viva Leitura.

- Julieta lembrou que seria importante abrir essa possibilidade para a rede federal de educação tecnológica. E ainda citar o Proeja na resolução, que não existe.

- Jerry destaca o problema mais uma vez do prazo, dificultando o acesso por exemplo dos municípios. Só aqueles que já tem uma lógica de captação de recursos podem fazer isso em tempo tão curto.

- Jorge esclareceu que só para quem já quer receber recurso esse ano é que o prazo é 17/11. Mas, as resoluções serão perenes e poderão ser enviados projetos para serem executados em 2009.

- Pedi esclarecimento sobre a mudança nos critérios, pois para o caso das universidades públicas é impossível pensar em projetos de pesquisa (eixo 4) sem bolsas para pesquisadores, não os professores das universidades, mas no mínimo os bolsistas de iniciação científica que podem ser envolvidos nesse campo. A experiência do portal dos fóruns demonstra como a bolsa PIBIC tem sido fundamental para construir uma ferramenta tão importante como aquela e mantê-la no ar. Um caminho seria a parceria com o CNPq para garantir essa perspectiva de bolsas para alunos de graduação.

- Eliene colocou que essa alternativa já está sendo utilizada numa parceria do INCRA com o CNPq, para as bolsas do Pronera.

- Rose esclareceu que para esse ano seria impossível essa parceria. Mas que vão procurar essa alternativa para 2009.

- Jorge colocou a importância de garantir a propriedade autoral, mas a reprodução e o acesso serem em domínio público.

- Perguntei se a Coleção Literatura em minha casa está em domínio público e a Coleção Literatura para Todos.

- Fernanda explicou que essa coleção estava sendo avaliada na SEB porque foi elaborada por ela em 2003, mas que vai novamente pedir um retorno e encaminhar essa solicitação de que seja em domínio público.

- Apresentou o concurso literatura para todos no segundo concurso. O concurso foi aberto para os países de língua portuguesa da África. A primeira coleção entrou na distribuição do PNBE, cada turma do PBA era para ter recebido, mas houve problemas na distribuição e na avaliação do impacto. O segundo concurso recebeu 729 obras, sendo 121 foram desclassificadas por não atender às exigências do edital. 17 obras são de países africanos. Serão premiadas 9 obras e uma menção honrosa. A Coleção literatura já está em domínio público.

- Sugeri que colocássemos um link com essas obras em domínio público no portal dos fóruns.

- Jorge pede que os diversos segmentos ajudem a divulgar essa política, criticar o material selecionado, avaliar o uso, ajudar a pensar em novas possibilidades de espaços de leitura e projetos alternativos para esse acesso e uso.

- Fernanda apresentou Cadernos de Leitura: proposta que vinha sendo discutida na Secad desde 2004. Há um caderno indígena, um Rap/Cordel e um com músicas urbanas, são três redes que foram constituídas por especialistas. O primeiro já está pronto, os demais estão em andamento.

- PNLA: primeiro ano em 2008. Foram selecionados 19 livros, estão em processo de entrega aos parceiros para ser utilizado em 2009 ou nas turmas que estão em andamento em 2008. Jorge colocou que a perspectiva é manter essa política de livros para EJA, o que pode e deve ser feito é a crítica deles. É importante que se garanta material não só livros, mas outras tecnologias. Cida colocou que a proposta do acervo é tentar localizar o que existe, avaliar e pensar como auxiliar na reprodução, tentando sair da lógica das editoras privadas.

- Aragão colocou a dificuldade de acesso do Mova/SP que não tem projeto com o PBA para ter acesso a esse material. Jorge informou que o Mova pode entrar em contato com a Remec/SP para fazer o envio desse material por lá.

- Rubens coloca de alguns municípios de AL que não fizeram a escolha, o que vai acontecer com eles?

- Fernanda colocou que o envio do livro seria via termo de adesão, o MEC tentou uma autorização por meio ou FAX esse termo de adesão, após a data. Há uma previsão de 90% dos parceiros PBA que receberão. Os que aderiram, mas não escolheram, eles receberão o mais escolhido no Estado.

- José coloca a questão de um material específico para a realidade do campo, levando em consideração cada realidade regional do país.

- Fernanda diz que na resolução 44 tem um item de criação de material específico para o campo e comunidades indígenas. Explica como funcionou o processo de seleção na primeira edição do PNLA. Lembrou de uma pesquisa que foi feita pelo MEC em todos os órgãos públicos no que se refere a material de leitura, todavia essa pesquisa demonstrou que não havia política de leitura. O que está em processo é uma parceria com o Ministério da Cultura para atuar numa perspectiva de política de leitura, superando a lógica de apenas distribuição de livro.

- Neroaldo lembra das parcerias Abrinc/Natura e outros que vinham acompanhando materiais de leitura, já houve uma experiência assim em Juazeiro da Bahia (Com Profº Josemar da UNEB). Talvez fosse interessante retomar isso.

- Geraldo falou da produção de material paradidático com professores indígenas, construído coletivamente, indo várias vezes às turmas para ser testado. Valeria à pena pensar em algo assim. Segundo Jorge isso é possível no edital de fomento a leitura.

- Cida apresentou a parceria Secad/Senaes na produção de material na linha da economia solidária. Essa aproximação no governo federal se fortaleceu, inclusive na discussão no período do X Eneja. Aliás desde o IX Eneja que o governo federal vem aproveitando o encontro para também se reunir enquanto segmento e discutir com os representantes que lá estão. Haverá uma resolução do FNDE para apoiar produção de material, propor formação para uso desse material e publicação de experiências em economia solidária. Quem pode mandar projeto: instituições públicas de nível superior públicas, articuladas ou não com instituições confeccionais. A proposta é de vir projetos de duas instituições em parceria. A seleção será interministerial, a validação será por um comitê pedagógico ampliado.

- Clóvis coloca o desafio de se fazer o que está proposto. Nessa linha, por exemplo, o que já está funcionando são os centros de formação em economia solidária. No caso das incubadoras muitas delas dependem de

alfabetização dos trabalhadores, nem todos os lugares isso é possível. Há muito que articular nesse campo, por isso a resolução precisa dar tempo de uma articulação nacional com as diversas experiências de economia solidária, inclusive com perspectivas ideológicas diferentes. É preciso enfrentar a lógica da educação brasileira de pensar a formação para o mercado de trabalho, que não é a perspectiva da economia solidária. Ficou clara essa questão das ricas experiências que foram apresentadas no ENEJA.

- Perguntei por que o edital tem que ser para as universidades, porque não é para movimento popular que tem tanto acúmulo nisso? Considero que muitas experiências podem ser interessantes, mas não vejo essa exclusividade da universidade. Questionei ainda a capacidade do FNDE para executar isso e tudo o mais o que já ouvimos nessa reunião, pois até onde sabemos os atrasos são imensos, as exigências são infundáveis, o que acaba inviabilizando ações.

- Cida informou que a Senaes coloca as universidades como um caminho possível, onde há experiências importantes. É também uma estratégia importante para ocupar o espaço nas universidades. Nesse sentido, as entidades podem fazer parceria com as universidades para concorrer, não pode encaminhar projeto só.

- Jorge coloca a orientação nacional para execução financeira no FNDE, a partir da política do MEC, inclusive com uma norma nacional hoje para o convênio (Portaria Interministerial 127/2008).

- Clóvis colocou do debate que vários outros órgãos já estão fazendo para enfrentar essa política de centralização da forma de convênio, há uma pauta de discussão com a Casa Civil para rever isso. Reafirma a importância de algumas experiências que já estão sendo feitas nas universidades e o fato de fazer isso junto aos movimentos sociais.

- Isabel destaca a questão dos jovens que estão em iniciativas empreendedoras. Como fazer essas experiências dialogarem com essa rede, que passa por fora do contato das universidades.

- Clóvis fala da mobilização que foi o cadastro com iniciativas de jovens, mais de 100 grupos identificados, mas certamente não estão sabendo de todos. Ainda é preciso conhecer muitos outros.

- Cida pede a Isabel e Clóvis que ajude a pensar as questões das experiências aqui citadas por eles.

- Julieta destaca a importância de aproximar a questão pedagógica do financeiro, por isso, considera que é preciso retomar esse contato e trazer o FNDE para essas nossas discussões. Infelizmente, esse adequar-se a essa Portaria Interministerial é um problema para a execução de todos os projetos.

**07/11/2008**

**Retomada da pauta:**

- Jorge abriu a reunião perguntando se alguém queria se manifestar sobre algo da pauta de ontem.

- Neroaldo pediu que fosse rediscutida a questão da alfabetização; a questão da comissão prevista pela agenda territorial; o papel e a constituição da CNAEJA, inclusive repensando os suplentes.

- Para esse momento retomamos a questão do alfabetizador: Jorge colocou o problema da presença de pessoas não sejam professores ou educadores populares nas turmas.

- Aragão colocou que a existência dos educadores populares tem se configurado por convite a participar e pelo engajamento. A forma de funcionamento do programa, atrasando o pagamento dos alfabetizadores desestimula a atuação dele. Quando a formação é um processo que prevê continuidade, com algum vínculo isso seria um estímulo para continuar. Os educadores populares precisariam ser colocados na universidade para ter uma possibilidade de formação de nível superior.

- Geraldo colocou os limites de certificar ações curtas de formação pela universidade. Neroaldo destacou mais do que isso, não foi só a questão da formação, mas a questão do funcionamento das turmas em meses como dezembro e janeiro. Estamos indo na contra-mão da realidade do aluno.

- Neroaldo colocou que sua preocupação com os 72% dos analfabetos que anunciaram já ter passado pelas classes de alfabetização, principalmente o fato deles terem mais de 50 anos. Alfabetizar adultos é muito mais difícil que alfabetizar crianças. Como convencer a população que não vê sentido em retornar a escola? Cinco anos de programa, os resultados não são bons, o que fazer com isso? Ter um coordenador é um avanço, ter formação é importante, ter educadores populares apaixonados pelo que fazem também é importante, ter na parceria as ONGs sérias também é importante, o Estado e os municípios podem referendar alfabetizadores sérios. O problema é que na realidade local os vereadores e deputados não estão com interesse de referendar que é sério, a preocupação é com os cabos eleitorais. Como resolver isso? Como a universidade pode participar de forma mais efetiva nesse processo? É mais difícil que alfabetizar a Criança. O tempo não ajuda ao programa, o hiato entre a alfabetização e EJA é muito prejudicial. Esse momento do ano é o momento do trabalho não do início da turma de alfabetização.

- Rubens destaca o problema das regras gerais para um país com tantas diferenças, o que acaba ocorrendo são esses problemas que estamos discutindo. Penso que é preciso ter cuidado com esse conceito de educador popular, será que todos são efetivamente isso? Não havendo vínculo como garantir a permanência desses profissionais. Todas as questões levantadas precisam ser consideradas: a formação, o período, a separação entre alfabetização e EJA.

- José coloca sua posição enquanto adulto que foi alfabetizado aos 21 anos e não foi pelos programas do governo. O que me fez procurar a alfabetização foi a necessidade. Vejo que o formato dos programas é um problema, sem um engajamento pedagógico e político sério ia dar no que está sendo aí. Tem que levar em consideração o tempo, ampliar esse tempo. Considerar possibilidade de pensar em pedagogia da alternância para essa formação. O alfabetizador tem que ter um envolvimento sério com o trabalho na comunidade, é preciso comprometer também a família nesse compromisso de alfabetização, para ajudar essa pessoa a sair da condição de analfabeto. Além de uma formação correta para o alfabetizador, o apoio da família.

- Isabel volta a destacar a importância de estar falando em alfabetizador e EJA. Quando tratamos a questão do educador popular é porque há um não-popular. Nós falávamos de um educador social que precisa ser sujeito no seu local que ajude a levar para escola. Com crianças e adolescentes isso é

discutido. Como fazer a formação desse educador social? Alguém tem que formar esse educador popular? O mesmo acontece aqui no caso da EJA, quem credencia esse educador popular? O calendário é o outro problema, disputar com a realidade.

- Fiz algumas questões: qual é o conceito de alfabetização com o qual estamos trabalhando? Como enfrentar a questão da cultura de não alfabetizado que está instituído no programa? Como manter essa lógica de meta presidencial, questão orçamentária para responder, sem enfrentar as dificuldades de fundo? Como convencer a universidade a formar um educador popular em que perspectiva? É um novo profissional que vai para além da alfabetização?

- Jorge coloca das várias mudanças que o programa já sofreu em escuta aos parceiros, fluxo contínuo, como enfrentar a questão metodológica e da formação num conceito emancipatório sem que muitos de fato saibam do que isso se refere. Como as pessoas se percebem analfabetos? Atendimento X efetividade precisa ser enfrentado. Propõe reunião com Consed e Undime, com representações regionais para discutir PBA; Fazer no início do ano uma reunião de avaliação da alfabetização nos seus aspectos metodológicos e de efetividade. Como manter mobilização e diálogo com educação não-formal e ainda avançar na integração alfa e EJA?

- Jerry destaca duas questões: como enfrentar a questão da execução de 2008 a partir de dezembro e como enfrentar a ligação alfabetização e EJA.

- Jorge destaca que o início das turmas não precisa ser dezembro, não há imposição da Secad para isso. Há uma pressão para avançar nas metas por parte dos parceiros.

- Geraldo trouxe para a discussão a questão da Conferência Nacional de Educação para 2010, quando no regimento interno, a composição dos delegados, por exemplo, não aparece nenhuma representação da CNAEJA e do fóruns. Os temas não contemplam especificamente EJA. É preciso ocupar esse espaço. É preciso localizar quem são os interlocutores na comissão que podem levantar as bandeiras da EJA.

- Cida colocou que há uma presença na comissão da Secad, mas que realmente o espaço precisa ser ocupado.

- Artexes: coloca que os eixos temáticos já foram fechados, o que pode ser ainda sugerido são os colóquios e isso pode ainda ser feito. Na perspectiva da SEB a implantação da política não cabe só a EJA a sustentabilidade. Campo e EJA precisam ter diálogo com SEB para ter sustentabilidade nas suas ações. É preciso ter cuidado no foco da EJA apenas pela modalidade, é preciso pensar que oferta o Brasil faz para jovens e adultos. A proposta de revisão das diretrizes curriculares nacionais encaminhada pelo CNE é um momento importante e pode ser um espaço importante para EJA.

**Encaminhamentos:** Na primeira reunião de CNAEJA avaliar a questão da alfabetização e a interface continuidade. Reunião extraordinária com Consed, Undime e fóruns para enfrentar a discussão da alfabetização e continuidade, retomar o que vamos encaminhar como indicativo para enfrentar a questão da indicação de alfabetizadores.

**Voltamos à pauta:**

#### **4 - Pesquisa em EJA: ANPED; TOR EJA campo, indígena e médio, Observatório da Educação**

a) - TOR da EJA Campo, Indígena e Médio: dois consultores já selecionados para cada área por equipes intramec. A atuação deles será também pactuadas entre as secretarias e coordenações do MEC. Serão realizados três seminários em cada tema para formação das equipes internas. O horizonte é produzir um material que subsidie o gestor a ampliar a atuação nesses campos.

- Como isso dialoga com a revisão que hoje está sendo feita no CNE das diretrizes da educação básica?

- Como isso se articula com o seminário de políticas do ensino médio que está sendo organizado pela SEB em Goiânia?

b) - ANPED: O que havia em 2007 era um convênio. Para 2008 foi feita uma descentralização para a Universidade Federal de Pernambuco, onde está a Presidente da Anped. Esse repasse foi feito no final de 2007, de lá para cá foram feitas tentativas de definir as ações para essa execução que ainda não se consolidaram. A Secad está sugerindo prorrogação até dezembro de 2009. Ver com o Jorge quais foram os encaminhamentos com a UFPE para entender o que ocorreu.

#### **5 - Diretrizes Operacionais para a EJA**

- Cida colocou a presença da CNAEJA no dia 08/10 Geraldo, Artexes, Cida, Margarida, Timothy, entre outros como Edna, Maria Luiza, Rosana, Paulo (Uncme), Arnaldo (CEE/PR), Carmem Gatto. Os pontos gerais foram aprovados pela câmara com várias considerações e ressalvas dos conselheiros, com algumas declarações de voto.

- Aponta a reunião proposta com Consed e Undime e ministério para estabelecer um acordo de atendimento aos adolescentes de 14 a 17.

- Isabel recupera o texto que escreveu para o debate dos temas do parecer. Expressa seu desconforto, dentro desse processo, por ter apresentado sua opinião sobre a questão da idade. O processo de elaboração dos três textos confluiu de forma interessante entre as três autoras, inclusive com uma perspectiva interessante de intervenção nacional, mudando a lei. Isso tomado por um debate nacional, que foi muito importante. Incomoda profundamente a forma como isso está agora sendo tratado, em especial pelo MEC, pelo Secretário André, como se a discussão fosse imposta por ela ou por alguns malucos. Parece que agora é que vão ser trazidos dados para mostrar o problema que isso vai significar. Fica muito incomodada como isso está sendo trazido, porque elogiou de forma intensa o momento de debate e agora essa reação do MEC. Vai ser feito um debate nacional pela rede de crianças e adolescentes para enfrentar isso.

- Neroaldo acaba de fazer uma fala com a presidente do Consed, Dorinha. Na última reunião do Consed, André falou numa volta a discutir a questão. A posição da Dorinha quanto a isso reafirmou a posição de manter os 18 anos como aprovado na câmara. Voltar a conversar é no sentido de como se vai resolver a situação dos adolescentes, não voltar atrás do que foi encaminhado.

- Eu coloquei também minha posição de descontentamento em relação à forma como isso está sendo encarado pelo MEC e dito pelo André Lázaro, ainda com posições de indicação de não homologação do Parecer e das

diretrizes. Sou solidária à Isabel quando fala do seu desconforto com a forma como isso está sendo posto. Afirmo que esse debate não é tranquilo entre os pesquisadores da Anped, inclusive com manifestação pública da Prof<sup>a</sup>. Jane com um texto discordando da questão dos 18 anos, com o Prof. Sérgio Haddad na reunião da CNAEJA se manifestando ainda a favor dos 15 anos para o primeiro segmento. Todavia não há uma posição da entidade, mas há sem dúvida uma consciência de que o processo de construção coletiva precisa ser respeitado. Essas discussões foram debatidas coletivamente e o que o parecer expressa é uma compreensão da relatora de que a idade dos 18 anos é a correta para a matrícula na EJA, tendo a clareza e afirmando que os adolescentes precisam de um atendimento específico e diferenciado que deve ser assumido pelos sistemas municipais e estaduais, por isso, a posição do Consed e da Undime são tão importantes nesse processo.

- Jerry coloca seu estranhamento da volta dessa discussão na pauta da CNAEJA, com que sentido? Retomar a discussão não. Isso já fizemos. É preciso que o ministério revele sua posição de forma mais clara para entendermos o que fazer.

- Rubens lembra da audiência pública, quando se fez o debate no Nordeste, onde não houve consenso, mas uma clareza de educadores e educandos que precisava mudar. A preocupação é quais as propostas pedagógicas, que espaço e tempo diferenciado vamos trabalhar para atender a esses alunos. O que aqui está em questão é o que vamos ou não respeitar no processo democrático? É preciso é pensar como mudar essa situação de uma escola fundamental e média que continua produzindo aluno para EJA?

- Artexes: há um desconforto aqui é preciso ser reconhecido. O diálogo da SEB foi pequeno com essa discussão, mas é preciso registrar algumas questões: Maria do Pilar e Marcelo acompanharam essas discussões na CEB, internamente essa discussão se deu quando avaliando o processo de juvenilização da EJA, principalmente no Ensino Médio. A coordenação do ensino médio já tinha se posicionado da importância de aproximar a discussão da EJA médio. A SEB foi convidada a se posicionar, mas só após o processo das audiências. Foi feita uma nota na SEB sobre a preocupação do aumento da faixa etária para o ensino fundamental, mas não havia uma posição em relação ao ensino médio. Em agosto e setembro aqui foi feito um posicionamento da diretoria de currículo sobre essa questão da idade, no sentido de fazer essa posição para cursos, sem enfrentar a questão dos exames. Essa era uma distorção que achávamos que precisava ser enfrentada. Sobre a singularidade do sujeito, nós líamos que a EJA não poderia atender esses adolescentes quando afirma que eles não podem ser atendidos na EJA, porque não teria competência de atender essa singularidade. Apontava ainda o que significa para a escola brasileira ter que atender o jovem de 17 anos no primeiro segmento. Não houve um posicionamento oficial da SEB a respeito, nem mesmo à Secad, o que tivemos foi uma discussão mais interna na secretaria. Ponderamos internamente a questão política de desgaste com o desrespeito ao processo, embora reconheça que o governo tem autonomia para fazer isso; há também a questão conceitual que já ponderei. Mas, reconheço que a questão é de posicionamento do governo mesmo, e volto a dizer que a SEB precisa estar mais presente e vai ter que contribuir nessa reflexão com Consed e Undime. Quanto aos movimentos, a luta agora é brigar no congresso coletivamente pela mudança na idade pelos exames na Lei.

- Pedi um aparte à fala de Artexes para reafirmar nosso entendimento de concordância com relação à questão da mudança da Lei. Não havia ingenuidade no início do processo de que a mudança na idade do curso não buscaria alterar também a idade para os exames, esse sempre foi também um objetivo. Temos plena consciência de que essa é uma luta política que todos nós precisamos assumir. O que nos preocupa agora é como será encaminhado pelo executivo uma solicitação ao legislativo, sem este estar convencido.

- Geraldo, Jerry e Neroaldo encaminharam que fosse pedido ao ministério um posicionamento sobre a questão o mais rápido possível, até para que o movimento possa se posicionar sobre a decisão que o ministério vá encaminhar.

- Geraldo aproveita para colocar o problema de quem vai certificar o ENCCEJA para os municípios que não são sistema. Isso ocorre no Estado do Mato Grosso, Alagoas e Goiás, identificados aqui na reunião.

- Solicitei que isso fosse perguntado ao INEP. Quem vai certificar?

- Neroaldo levanta que a regra é clara, o MEC não poderia aceitar inscrição de município que não é sistema.

- Artexes volta à questão do respeito ou não aos movimentos sociais, pela decisão que vai ser tomado pelo ministro. Os Estados podem assumir essa decisão e brigar pela permanência.

- Eliene volta a afirmar que as questões não são separadas, e qual é a posição do MEC, como isso vai resultar para na continuidade da luta. Por isso se pede uma posição política do ministério para nos posicionarmos.

## 6 – Calendário 2009:

| Cronograma de Reuniões Ordinárias da CNAEJA/2009 |                             |
|--------------------------------------------------|-----------------------------|
| 1º Semestre/2009                                 |                             |
| Datas prováveis                                  |                             |
| 1ª Reunião                                       | 26 e 27/março               |
| 2ª Reunião                                       | 29 e 30/junho               |
| 2º Semestre/2009                                 |                             |
| Datas prováveis                                  |                             |
| 3ª Reunião                                       | 9 e 10/setembro (VER ENEJA) |
| 4ª Reunião                                       | 26 e 27/novembro            |

- Como foi colocada a pauta de avaliação do Programa Brasil Alfabetizado, precisará ocorrer uma reunião extraordinária da CNAEJA para ver isso antes de março.

- Proposta 22 e 23 de Janeiro de 2009 em Brasília.

## 7 - Rede de formação em alfabetização e EJA

- Elaine falou da rede de formação de alfabetizadores e EJA saiu como proposta em edital, que está sendo transformada em Resolução no FNDE. Ela

prevê formação inicial e continuada de alfabetizadores e formação continuada dos coordenadores.

- Rubens coloca a dificuldade dos estados onde só há uma universidade, como atender a essa demanda se as pessoas são tão poucas?

- Mauro coloca que a idéia é que a Universidade coordene uma rede de entidades que efetivamente fariam a formação. Um papel de acompanhamento às ações.

- Geraldo fala da rede de formação de professores que já existe no Estado do Mato Grosso e pergunta como isso se aproximaria com essa rede? Como isso se articula com o Sistema Nacional do Sistema de Formação de profissionais do Magistério?

- Elaine coloca que nos lugares onde isso já existe a proposta é de aproveitar tudo isso constituindo uma rede. O recurso é para material, elaboração de curso, produção de material de orientação para execução do curso; material específico para tradutor e intérprete de Libras; possibilidade de disponibilização em EAD; diárias e passagens para seminários em Brasília; será organizado um banco de dados com esse material.

- Solicitei que fossem disponibilizados os principais itens da resolução para um debate nacional, que contribuiria para estarmos mais próximo de um formato possível de ser executado.

- Rubens perguntou se os parceiros receberiam algo para financiar a formação ou se só a universidade receberia?

- Mauro colocou que o parceiro vai continuar recebendo o valor de formação para contratar a universidade que ele desejar. O recurso que vai para a universidade a princípio é para montar o curso que vai ser disponibilizado, não para executar curso a princípio, mas para ser disponibilizado.

- Geraldo levantou a questão de quanta demanda hoje o MEC está deixando para as universidades. Elas dão mesmo conta de tudo isso?

- Neroaldo colocou que nunca consegue pagar seu pessoal em cursos de formação, por serem servidores. Jorge informou que vai encaminhar a documentação disponível que permite isso. Ver o Decreto 6114 de 15 de maio de 2007 para pagamento de cursos.

**Às 16h tive que me ausentar da reunião, pois tinha uma agenda em Goiânia. Portanto, não tive acesso às discussões e aos encaminhamentos finais da reunião que foi até às 17h.**

Brasília/DF, 07 de novembro de 2008.

**Responsável pela elaboração:  
Profª Maria Margarida Machado  
Representante da Anped na CNAEJA**

## UM DEPOIMENTO PARA REGISTRO NA HISTÓRIA DA EJA

Aqueles que atuam, militam, trabalham com Educação de Jovens e Adultos no Brasil, pelo menos há 15 anos, certamente irão recordar o que significou para esse campo a mobilização vivida em preparação à V Conferência Internacional de Educação de Adultos, organizada pela Unesco, em 1997, na cidade de Hamburgo, Alemanha. Um significado, não tanto pelos efeitos concretos da Agenda elaborada em Hamburgo para cada país, mas pelo que representou para o Brasil aquele momento histórico.

Em 1996, o Ministério da Educação convocou e organizou uma série de encontros pelo país, envolvendo diversos segmentos que atuavam na Educação de Jovens e Adultos: secretarias estaduais, secretarias municipais, universidades, movimentos populares, sindicatos, representantes da área empresarial, organizações não-governamentais, enfim, aqueles que de forma direta ou indiretamente estavam envolvidos com a EJA. O objetivo desses encontros era o de elaborar um diagnóstico da realidade de atendimento da EJA no país, que o ministério àquela ocasião não possuía. Ao mesmo tempo indicar proposições para a política nacional de EJA.

O atendimento ao chamado do ministério foi imediato, foram realizados encontros estaduais, regionais e o encontro nacional em setembro de 1996, de onde se retirou na plenária final o que se julgava à época ser o documento representativo da realidade nacional, que seria levado para o Encontro Regional Latino Americano e Caribe preparatório à V Confinteia, pelos delegados eleitos nessa mesma plenária. Os debates travados nesses encontros não foram tranquilos, havia a cada etapa de discussão uma preocupação do Ministério da Educação em amenizar o tom de crítica à política de EJA existente no país, todavia sem poder encobrir a realidade dos fatos. O resultado desse processo coletivo foi um documento que demonstrava a baixa escolaridade da população jovem e adulta no país e a ineficiência de várias ações descontínuas dos governos, que dificultavam a consolidação da EJA como política pública.

Finalizada a etapa de preparação nacional à V Confinteia, os delegados retirados por segmento na plenária do encontro brasileiro foram participar do encontro regional da América Latina e Caribe, que ocorreu em janeiro de 1997 em Brasília, quando lá se surpreenderam com os representantes do MEC, entregando outro documento aos representantes das demais delegações que não aquele elaborado no processo de construção coletiva que se dera no país. Frente a essa atitude, os delegados optaram por reproduzir o documento retirado do encontro nacional de 1996 e distribuí-lo no encontro regional, denunciando a atitude desrespeitosa do governo brasileiro, para com o processo de construção coletiva que havia se dado no país.

Esses fatos revelavam um contexto de relação Estado/Sociedade Civil, bastante desgastado, pois a convocação feita aos segmentos para elaborar um diagnóstico da realidade e proposições, no momento em que representou uma cobrança de postura efetiva do Estado já não interessava mais a esse. Por outro lado, a estratégia política de mobilizar os segmentos, acabou por representar um momento importante na consolidação de uma rede de instituições, entidades e pessoas que, ao se perceberem juntas viram a condição de uma intervenção mais orgânica na tentativa da construção da política de EJA, o que resultou no surgimento dos fóruns de EJA do Brasil que podem ser conhecidos pelo portal [www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br). A presença desses diversos segmentos atuando na EJA: sistemas de ensino, universidades, setor empresarial, movimentos sociais e populares, organizações não-governamentais, educadores e educandos, explicita que a temática da EJA é produto de questões estruturais da sociedade brasileira, o que demanda uma ação articulada entre esses.

Do período de 1996 a 2004, o que vivenciamos no campo da EJA foi essa tensão entre os representantes do Governo Federal e os demais segmentos que atuavam na EJA, através dos fóruns estaduais e regionais que intensificaram sua capacidade de mobilização e discussão da política pública de EJA. A mudança de governo, com a primeira eleição do Presidente Lula, trouxe grandes expectativas para esse movimento dos fóruns, que efetivamente passaram a contribuir na construção da política de EJA, a partir de 2004, com a criação no Ministério da Educação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e mais especificamente com a criação do Departamento de Educação de Jovens e Adultos (DEJA), onde estiveram à sua frente, nos anos iniciais, dois representantes de fóruns, o diretor que era do Fórum de EJA da Paraíba e a Coordenadora Pedagógica que era do Fórum de EJA de Goiás.

A dinâmica estabelecida pela Secad, através do DEJA, para a discussão e o encaminhamento da pauta da EJA no Brasil, envolveu a retomada e a criação de espaços coletivos, onde se insere: a reconstituição da Comissão Nacional de Alfabetização e Educação de Jovens e Adultos (CNAEJA)<sup>1</sup>, órgão consultivo, constituído por portaria ministerial, composta por membros representantes dos segmentos que atuam na EJA, que se reúne trimestralmente; a realização de reuniões semestrais com coordenadores estaduais de EJA e com representantes dos fóruns de EJA de todos os estados e uma representação regional por estado; por fim, a participação, desde 2004, efetiva e ininterrupta da Secad nos Encontros Nacionais de Educação de Jovens e Adultos (ENEJA), organizados pelos fóruns de EJA, que ocorrem todos os anos a partir de 1999 (Para ter acesso aos relatórios dos ENEJAs entre no sítio [www.forumeja.org.br](http://www.forumeja.org.br)). Um exemplo recente que expressa o esforço de construção coletiva, nessa dinâmica entre o governo federal e os demais segmentos de EJA, foi a elaboração do Parecer e da Minuta de Resolução que tratam das Diretrizes Operacionais para EJA, no que concerne à questão da idade mínima de matrícula em cursos e exames de EJA, a educação a distância e a certificação de conhecimentos de jovens e adultos, aprovados pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, aguardando homologação do Ministro da Educação.

É com essa nova configuração da relação Estado e sociedade civil, que o Brasil se candidata a sediar a VI Conferência Internacional de Educação de Adultos, organizada pela UNESCO. O aceite do Brasil como sede dessa importante conferência, representa um momento histórico não apenas para nosso país, mas para os países do Hemisfério Sul, onde se encontram os maiores índices de pobreza, analfabetismo e baixa escolaridade da população no planeta. Fazer a memória do que mudou entre o processo preparatório à V Confinteia e o processo preparatório à VI Confinteia é fundamental para registrar que de fato o Brasil está num outro momento da construção da política pública em EJA e não pode perder isso de vista.

A SECAD, através do DEJA, contactou em dezembro de 2007 uma equipe de consultores para auxiliar em duas frentes: seis pessoas responsáveis pela elaboração do

---

<sup>1</sup> Comissão Nacional de caráter consultivo para o campo da Educação de Jovens e Adultos existe desde o final da década de 1980, quando a Fundação Educar coordenava as ações em EJA. Foi retomada pelo Governo Collor, em 1990, para acompanhar as ações do Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania, todavia sem uma condição efetiva de intervenção na política que se estabelecera por aquele governo. Nos anos que se seguem de 1992 a 2003, a atuação dessa comissão também não representou grande impulso na construção da EJA como política pública. Quando ela é retomada pelo Governo Lula em setembro de 2003, há uma intencionalidade de acompanhamento externo ao Programa Brasil Alfabetizado. Sua reconstituição em 2004, após a criação da Secad, retoma o caráter abrangente de discussão e análise das políticas do governo voltadas para alfabetização e educação de jovens e adultos.

documento base que iria para discussão em rede nacional com os desafios a serem enfrentados pela EJA e duas pessoas que elaborariam um diagnóstico detalhado da realidade de atendimento e não atendimento da EJA no país. Desses oito consultores, quatro pertencem ao segmento universidade dos fóruns de EJA de Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Distrito Federal; dois foram indicados pelo GT Interministerial com experiência em discussão sobre Campo e Diversidade Étnico-racial; um professor universitário com pesquisa e produção no campo do financiamento da educação e uma pesquisadora ligada ao segmento de organizações não- governamentais.

Outra estratégia traçada pela Secad foi a contratação de consultores regionais, que auxiliassem os estados na elaboração de diagnósticos de EJA. Há uma compreensão de que o campo da EJA precisa ter maiores subsídios e dados precisos sobre o atendimento em iniciativas de alfabetização e EJA, bem como sobre esse não atendimento. Desses cinco consultores regionais, quatro participam dos fóruns de EJA de Goiás, Tocantins, Rio de Janeiro e Paraíba, sendo a última uma professora universitária do Paraná com experiência em pesquisa em financiamento da educação. Essa preocupação com um processo preparatório mobilizador, revela a importância do momento histórico vivido pelo país, não apenas para dar resposta a uma agenda internacional, mas aproveitar estrategicamente essa agenda para uma contribuição no fortalecimento e na construção da política nacional de EJA.

A realização dos encontros estaduais (Março/2008) e regionais (Abril/2008) preparatórios à VI Confinteia, contou com a coordenação dos Fóruns de EJA dos Estados e das secretarias de estado da educação. Nesses momentos, o documento base nacional foi amplamente debatido, tendo sido feitas várias sugestões de mudança e acréscimo. Em maio de 2008, a Secad promove o Encontro Nacional Preparatório à VI Confinteia, em Brasília, com a presença de 300 participantes de todos os estados brasileiros. Há uma intensa participação dos delegados nos debates e na confluência de idéias para a consolidação do documento final desse encontro, que está organizado em quatro partes: apresentação, diagnóstico da realidade da EJA no Brasil, desafios da EJA no Brasil e recomendações. Esse documento pode ser acessado no sítio do MEC e no sítio dos fóruns de EJA.

Concluindo essa rápida memória, afirmo que estamos de fato num outro momento da história da construção da EJA no Brasil, no que concerne à relação Estado e sociedade civil. Diferente do que ocorreu em 1997, o governo brasileiro chega ao México em setembro de 2008, na Conferência Regional da América Latina e Caribe Preparatória à VI Confinteia, tendo na representação de sua delegação vários segmentos que atuam em EJA e estão na CNAEJA, apresentando o caminho percorrido na construção da política de EJA e entregando aos delegados dos demais países o documento construído e sistematizado coletivamente no seminário de maio de 2008. Há sem dúvida muito o que fazer ainda, não é possível negar quantos desafios precisam ser enfrentados por todos na EJA, o próprio documento brasileiro é claro nisso, quando fecha com mais de uma centena de recomendações aos responsáveis diretos do Estado pela garantia de acesso, permanência e qualidade na oferta da educação aos jovens e adultos, mas também pelas inúmeras recomendações à sociedade civil no que tange ao seu papel mobilizador, fiscalizador e crítico nas proposições para esse campo.

Para registro nessa trajetória histórica da EJA no Brasil, cabe então destacar que o fato do governo brasileiro ter desencadeado um processo de construção coletiva com a sociedade civil do diagnóstico da realidade, dos desafios e das recomendações que envolvem o campo da EJA e que precisam ser considerados na construção da política pública, resultou na produção de um documento que é referência nacional hoje para essa política. Portanto, o grande desafio está por vir, na retomada desse documento para

orientar a formulação das políticas públicas para EJA que de fato venham a se consolidar como políticas de Estado e não mais de governos, efetivando a perspectiva da Educação como Direito para jovens e adultos e sua inserção incontestemente no sistema nacional de educação.

O que se espera da VI Confinteia no Brasil? Há sem dúvida uma expectativa de avanços em termos de concepção mundial da Educação como Direito, do direito de acesso a educação por jovens e adultos, que supere a visão de campanhas e programas imediatistas, na perspectiva da construção de políticas permanentes para atendimento a esses sujeitos<sup>2</sup>. Por outro lado, espera-se que o Brasil possa em seu exemplo, contribuir com esse seu novo jeito de construir política pública, que vem se dando num embate, nem sempre tranquilo, mas fundamental, que prima pelo respeito ao processo de construção coletiva e pela responsabilidade de todos na defesa de uma educação de jovens e adultos, como espaço político de constituição de sujeitos que sejam capazes de transformar sua realidade. Isso é o que vivenciamos e aprendemos da nossa história mais recente.

**Goiânia, novembro de 2008.**  
**Maria Margarida Machado – FE/UFG<sup>3</sup>**  
**Membro do Fórum Goiano de EJA**

---

<sup>2</sup> Essas concepções foram defendidas pelos delegados brasileiros no documento final da Conferência Regional da América Latina e do Caribe Preparatória à VI Confinteia (disponível no site da Unesco), mas infelizmente nem todas foram garantidas, portanto há ainda muito o que dialogar com os demais países na VI Confinteia.

<sup>3</sup> Membro da delegação oficial do Brasil, pelo segmento universidade, na Conferência Regional da América Latina e do Caribe preparatória à V Confinteia, em 1997 em Brasília, e à VI Confinteia, em 2008 no México.